DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 1453/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/3415/2014
PROTOCOLO	: 1489331
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANHOS/MS
JURISDICIONADO	: ALDINAR RAMOS DIAS
CARGO DO JURISDICIONADO	: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Á ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTAS DE GESTÃO
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

CONTAS DE GESTÃO. REFIS. QUITAÇÃO DA MULTA APLICADA. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO

Vistos, etc.

Versam os presentes autos de Prestação de Contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Paranhos/MS, relativo ao exercício financeiro de 2013, julgadas regulares com ressalva pelo Acórdão AC00 – 1577/2017.

Constata-se, pela certidão de quitação de multa (peça 54), que o jurisdicionado aderiu ao REFIS instituído pela Lei n.º 5.454/2019.

Por conseguinte, nos termos do artigo 3º da Lei n.º 5.454/2019[1], ao optar pela adesão ao programa, o mesmo abdicou ao direito de discutir o crédito devido.

Instado a manifestar-se, o Ministério Público de Contas opinou pelo arquivamento do presente processo, em virtude da quitação da multa aplicada ao responsável.

Por meio da documentação acostada nos autos, verifica-se que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos para a baixa do feito.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 11, V, do RITCE/MS, acompanhando o entendimento do Ministério Público de Contas, **DECIDO** por**:**

[1] Art. 3º (...) §6º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos neste artigo constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, **renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC**.

I. **EXTINGUIR** os presentes autos, em razão da consumação do controle externo, nos termos do artigo 186, V, *a*, do RITC/MS c/c art. 6º, §2º, da Instrução Normativa n.º 13/2020;

II. Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012;

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos à Gerência de Controle Institucional para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 08 de fevereiro de 2021.

Cons. MARCIO MONTEIRO
RELATOR

ASS/Net